

COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA

ANTI-RACIST COMMUNICATION

COMUNICACIÓN ANTIRRACISTA

Francisco Leite

Doutor em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, Grupo de pesquisa – Estudos Antirracistas em Comunicação e Consumos (ArC2/CNPq). São Paulo – SP, Brasil.

leitefco@gmail.com



0000-0003-0710-3339

Correspondência: ECA-USP I ArC2 - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - Prédio 3 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-010, Brasil.

Recebido em: 05.03.2025

Aceito em: 05.05.2025

Publicado em: 22.07.2025

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar, por meio de uma pesquisa de contribuição conceitual, a articulação de um quadro teórico destinado a facilitar e fomentar o exercício, individual e coletivo, de reflexão sobre os sentidos teórico-práticos da comunicação antirracista. Como resultado, são oferecidas reflexões críticas e propositivas que informam o campo da comunicação acerca de referências e ferramentas conceituais capazes de sustentar diálogos produtivos entre os estudos da comunicação e os estudos do antirracismo, além de estimular o desenvolvimento de ideias e práticas comunicacionais que adotem o antirracismo como princípio orientador para intervenções disruptivas, subversivas e criativas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Antirracismo; Racismo; Transformação social.

Introdução¹

Este artigo tem como objetivo explicar e delinear aproximações conceituais entre os pensamentos teórico-práticos da comunicação e do antirracismo, explorando pontos de diálogo e potencialidades que essa articulação pode gerar na conformação da ideia de uma comunicação antirracista. Também se propõe a organizar e desenvolver anotações críticas e propositivas que facilitem compreender como a conexão entre comunicação e antirracismo pode contribuir para um fazer comunicacional mais atento e comprometido, capaz de dinamizar suas intervenções (ideias, políticas e práticas), ao mobilizar suas instâncias operativas e fluxos de produção de sentido, em prol de ações efetivas de combate ao racismo.

Nesse sentido, o percurso deste trabalho, de cunho conceitual (MacInnis, 2011) e fundamentado em pesquisa bibliográfica não exaustiva, busca encaminhar reflexões sobre as seguintes questões: Como pensar e compreender a noção de comunicação

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada e debatida no GT “Comunicação e Sociabilidade”, durante o 31º Encontro Anual da Compós. Agradeço pelos valiosos comentários recebidos, que estimularam o aprofundamento do trabalho.

antirracista? Quais sentidos teórico-práticos configuram e aproximam a comunicação do antirracismo?

O exercício dialógico proposto é conduzido e sustentado, ainda que não exclusivamente, pela teoria da comunicação de Sodré (2002, 2006, 2014, 2021), assim como por suas reflexões sobre o racismo brasileiro. Além disso, fundamentam este estudo contribuições nacionais e internacionais sobre racismo e antirracismo (Carneiro, 2023; Mbembe, 2020; Almeida, 2019; Collins, 2019; hooks, 2019; Kendi, 2019; Bonnett, 2000, entre outros). São também consideradas as recomendações de Gillborn (2006), que enfatizam a importância de que os debates sobre antirracismo sejam informados e fortalecidos pelas lentes da Teoria Crítica Racial (*Critical Race Theory - CRT*).

Em consonância com essas perspectivas, este artigo também incorpora outros “conhecimentos de resistência” (Collins, 2019, p. 459). Destacam-se, entre eles, a teoria do fazer de Freire (1975), o pensamento feminista negro, bem como estudos decoloniais e pós-coloniais. O referencial teórico adotado é interdisciplinar, envolvendo contribuições da comunicação, educação, psicologia, antropologia, história, filosofia, sociologia, entre outros campos do saber.

Este texto está estruturado em três partes. A primeira apresenta, de forma breve, algumas noções conceituais do pensamento comunicacional de Sodré, que comprehende a comunicação como uma ciência do comum² e pós-disciplinar³. A segunda mobiliza reflexões acerca das questões raciais no Brasil, enfatizando as concepções de racismo e antirracismo. Por fim, a última parte dedica-se à discussão dos sentidos teórico-práticos que fundamentam a ideia-intervenção de comunicação antirracista. Como objetos de exemplificação dessa articulação teórica, são apresentadas algumas iniciativas comunicacionais antirracistas desenvolvidas no Brasil.

Comunicação: Organização Radical do Comum

² Epistemologicamente, Sodré distingue “comum” e “comunidade” destinando “ao primeiro termo o sentido de uma disposição ontológica originária e inerente à filogênese e à ontogênese do ser humano [...]. A comunidade, por sua vez, não é a atualização institucional desse comum originário, mas algo em que sempre estamos na medida em que sempre nos comunicamos, no interior da distribuição dos lugares e das identificações constitutivas do laço coesivo [o comum]. São várias, assim, as formas de comunidade [...]. Cada uma delas resulta de uma subjetivação que, por sua vez, instaura um novo comum” (Sodré, 2014, pp. 399-400).

³ Sodré considera “a comunicação como um novo tipo de ciências sociais, que aglutina e faz ponte com várias outras disciplinas do pensamento social (antropologia, sociologia, psicologia social, economia etc.). A comunicação [, segundo ele,] relativiza muito os objetos dessas disciplinas sociais [...], é a ciência do século XXI [...]” (Sodré, 2019, p. 880).

Para assimilar a episteme comunicacional no contemporâneo, conforme Sodré (2014, 2021), é preciso superar o modelo sociológico e linguístico que define a comunicação como simples processo transmissor de informações e pensá-la a partir de um entendimento ético-político. Nesse sentido, a comunicação é concebida como conexão ou organização originária do comum, como o laço coesivo da comunidade, fruto das experiências humanas e da sociabilidade.

Assim, como campo abrangente dos processos de organização e de reverberação de influências no âmbito da coesão social, a

comunicação significa, de fato, em sua radicalidade (assentada na noção latina de *communicatio*), o fazer organizativo das partilhas ou mediações imprescindíveis ao comum humano; portanto, a resolução aproximativa das diferenças pertinentes em formas simbólicas. [...]. Dentro dessa perspectiva, comunicação é o mesmo que partilha simbólica, operada por mediações (o com) de um ser-em-comum ou de uma comunidade concebida como identidade original (Sodré, 2021).

O saber da comunicação, portanto, pode ser entendido como “como uma ciência redescritiva do comum humano, que abrange desde o laço intersubjetivo inerente à coesão comunitária até as relações sociais regidas por mídia”, considerando que “a comunicação [...] não é transmissão de informações nem diálogo verbal, e sim uma forma modeladora (organização de trocas reais) e um processo (ação) de pôr diferenças em comum” (Sodré, 2014).

Para Sodré, a comunicação “é definida como aquilo que acontece no limite da morte do ser individual para dar lugar ao vínculo, ao comum” (Sodré, 2023a). O objeto dos estudos comunicacionais, portanto, seria esse comum humano, desenvolvido e implicado por três instâncias ou níveis operativos: (1) vinculativo, (2) relacional e (3) crítico-cognitivo ou metacrítico.

O nível vinculativo – ou da vinculação – diz respeito aos laços invisíveis do comum “entre o eu e o outro, logo, a apreensão do ser-em-comum (individual ou coletivo), seja sob a forma de luta social por hegemonia política e econômica, seja sob a forma de empenho ético de reequilíbrio das tensões comunitárias” (Sodré, 2002, p. 223). Trata-se de uma dimensão relacional que não se limita à linguagem, mas abarca também o sensível: “a natureza profunda da comunicação está na vincularidade. Está nas

relações que passam por carne, por corpo, por afeto. [...] O vínculo é, ao mesmo tempo, linguístico e sensível", (Sodré, 2020).

Vincular-se, segundo Sodré (2014), não consiste simplesmente em estabelecer contato, mas diz respeito a "como é que as pessoas se mantêm unidas, juntas socialmente. [O vínculo] é o laço atrativo. É a obrigação simbólica originária, [...] uma dívida simbólica com o grupo social. É também um compromisso de vida ou de morte" (Sodré, 2001, p. 2).

Trata-se de uma relação vicária, ou seja, um tipo de ligação que pode ocorrer de forma consciente ou inconsciente, articulando-se no plano simbólico (força e energia) e psíquico, bem como do afeto por meio da "lógica do coração" e da "disposição afetiva" (Sodré, 2014).

Entre os exemplos desse tipo de vínculo, Sodré (2019) destaca as relações familiares, amorosas, comunitárias, afetivas, de amizade, piedade e compaixão, entre outras. Complementando essa perspectiva, Mbembe (2018, 2020) chama atenção para as ideologias de separação que também geram vínculos sociais, ainda que negativos, como os de inimizade, sujeição ou os afetos conservados pelo racismo.

Em síntese, Sodré (2019, p. 881) afirma que são essas relações vicárias "que trazem o interior para fora e fazem com que o que se encontra fora modifique também o interior". Nessa inserção existencial e social, que vai além de um simples processo interativo, as pessoas se diferenciam e se identificam na dinâmica da vinculação, por meio do reconhecimento e da responsabilização simbólica para com o coletivo (Sodré, 2007, p. 9).

A vincularidade, portanto, não se dá necessariamente por meio da mídia, embora esta possa exercer influência na expressão e reforço desses vínculos (Sodré, 2015, p. 123). A mídia, segundo Sodré (2001, p. 2), atua sobre a externalidade dessas relações, tratando-as em sua dimensão relacional⁴.

A partir dessa concepção, o nível relacional denota as "antropotécnicas eticistas ou práticas de natureza empresarial (privada ou estatal), voltadas para a relação ou o contato entre os sujeitos sociais por meio das tecnologias da informação, como imprensa escrita, rádio, televisão, publicidade etc." (Sodré, 2002, p. 234). Esse nível abrange "as relações secundárias, rearranjadas e fabricadas por mídia, [é nessa instância, por

⁴ Para Sodré, "[...] o que a sociologia hoje chama de 'relação social' é tão só a superfície visível desse laço ou vínculo, sob o qual se agitam as diferenças e as oposições, a latência das transformações e das passagens de uma forma simbólica a outra" (Sodré, 2014).

exemplo, que se localizam a maioria dos] estudos de mídia, da economia interna da comunicação [...]” (Sodré, 2015, p. 124).

Com efeito, essa instância “é o lugar onde se busca verossimilhança acadêmica sobre um novo tipo de tecnologia de relações sociais fortemente dependentes de mercado e mídia” (Sodré, 2014). É importante destacar que, para Sodré (2002, 2021), a mídia funciona como espelho e boca cultural do mercado – e este, por sua vez, vem se posicionando, não sem resistência social, como a “boca do mundo” (Sodré, 2021). Nesse contexto, a ideia de

[...] “o mercado como mundo” –, dá-se uma abertura para aquilo que os exegetas de Gramsci vêm chamando de luta “contra-hegemônica” ou para o que poderíamos também designar como contramovimentações sociais. Nessa abertura, a comunicação se aproxima do conceito grego de *pharmakon*, que se comprehende ambigamente como “veneno” e “cura” (Sodré, 2021).

A noção de *pharmakon* é central para este artigo e será aprofundada mais adiante, em diálogo com as reflexões de Mbembe (2020), hook (2019) e Freire (1975), com vistas a discutir as noções conceituais da comunicação antirracista. Prosseguindo com o pensamento comunicacional de Sodré, é ainda no nível relacional que o autor desenvolve o conceito de midiatização, entendido como o funcionamento articulado entre as tradicionais instituições sociais⁵, pessoas e mídia. Para ele,

a midiatização é [...] uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo – por meio do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática – uma forma virtual ou simulativa de vida, a que já demos nome de *bios* midiático (ou *bios* virtual) (Sodré, 2014).

⁵ Por instituições, Sodré refere-se as instituições sociais (escola, Estado, família, religião, associações diversas etc.) “capazes de funcionar tanto como pano de fundo quanto como operadores da identidade humana” (Sodré, 2006, p. 92). De modo distinto, esse autor distingue como organizações as empresas e corporações privadas, “dentre as quais se impõe contemporaneamente a mídia” (Sodré, 2006, p. 81).

Nesse sentido, é importante ressaltar que, no pensamento de Sodré (2002), a comunicação é maior do que a mídia, não se restringindo às atividades midiáticas ou ao processo de midiatização⁶.

Como discutido *a priori*, o conceito de vinculação refere-se a mais do que um simples processo interativo: trata-se de uma inserção social profunda, que abrange "desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a deliberação diante das orientações práticas de conduta, isto é, os valores". Esse aspecto revela o sentido ético-político do bem comum, o que, segundo Sodré, amplia o escopo da comunicação para além da esfera midiática, conferindo-lhe uma importância política e científica ainda maior (Sodré, 2002, pp. 223-224).

Por fim, o terceiro nível operativo da ambiência comunicacional é o crítico-cognitivo ou metacrítico. Esse nível diz respeito à elaboração teórica e à posição de observação e sistematização das práticas de veiculação e das estratégias de vinculação.

Aqui, a Comunicação emerge não como uma disciplina no sentido rigoroso do termo, mas como uma maneira de pôr em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade, portanto, como um *constructum* hipertextual (interface de saberes oriundos de diversos campos científicos) a partir de posições interpretativas. A "ciência" da comunicação impõe-se [...] como uma atividade crítica, só que voltada para a sociabilidade, a eticidade e as práticas de socialização pela cultura [...] (Sodré, 2002, p. 235).

Desse modo, ao considerar a comunicação como uma ciência social específica voltada para a produção ativa do conhecimento, com foco na compreensão da vinculação e das relações sociais, Sodré (2014) argumenta que diversas interpelações teóricas têm apontado a necessidade de um novo sistema de inteligibilidade no campo das

⁶ Considerando esse conceito, a partir da perspectiva da sociossemiótica, Sodré pontua que os instrumentos da sua construção são: "signos, textos, práticas, estratégias, objetos e **formas de vida**, ou seja, unidades elementares de significação (palavras, imagens etc.), formações significantes, cursos de ação subsumidos nas práticas, valores dominantes e centralização coerente de conteúdos. [...]. Para os analistas que se atêm ao paradigma linguístico da comunicação, esses instrumentos são basicamente atos de fala ou narrativas, o que atribui ao comum uma realidade estritamente discursiva [...]. No âmbito da tecnologia eletrônica, palavras, sons, imagens e discursos podem ser convertidos em algoritmos, cuja função combinatória é fortemente organizativa sem dependência de processos estritos de significação. O *bios* midiático revela-se aí não apenas como uma forma de vida entre outras, mas como uma orientação existencial que tenta impor-se em termos universais a reboque do mercado" (Sodré, 2014, grifo do autor).

ciências sociais. Tal sistema deve ser capaz de compreender a diversidade e a sensibilidade inerentes ao processo comunicacional, implicando:

(a) no empenho por uma **redescrição** das relações entre [a pessoa] e as neotecnologias, que seja capaz de levar em conta as transformações da consciência e do *self* sob o influxo de uma nova ordem cultural, a **simulativa**; (b) ao mesmo tempo, o empenho ético-político-antropológico no sentido de viabilizar uma **compreensão** das mutações socioculturais dentro de um horizonte de auto-questionamento, norteado pela afirmação da diferença essencial [da pessoa], de sua singularidade (Sodré, 2014, grifo do autor).

A instância da metacrítica, portanto, remete à autorreflexão, ou mais precisamente, à "crítica de [...] natureza reflexiva filosófica da comunicação, pois, [...] a comunicação sugere uma nova filosofia, uma nova maneira de pensar [a pessoa] nesse novo tipo de sociedade arranjado pelo turbo-capitalismo" financeiro⁷ (Sodré, 2015, p. 123).

Em síntese, é oportuno compreender a comunicação, na contemporaneidade, como um novo modo de organização das relações sociais, tendo como objeto de sua episteme a vinculação social – o comum. Nesse sentido, afirma Sodré (2019, p. 880), a comunicação é "um discurso de organização, de reorganização do mundo e da consciência".

A partir dessas chaves explicativas, Sodré (2019) também aponta que é nesse contexto de reorganização do mundo e da consciência que as questões raciais e suas manifestações – como o preconceito e a discriminação – emergem com força, especialmente em sociedades marcadas pela herança colonial da escravidão, como a brasileira.

Conforme argumenta Carneiro (2023), o Brasil historicamente segue praticando estratégias de assujeitamento das populações negras, como o epistemicídio⁸ e o alte-

⁷ Sodré explica que esse conceito denota "o modelo atual do capitalismo em que estamos vivendo. O capital não gosta de gente, mas ele ainda precisa de gente. Já o capital financeiro não só não gosta de gente – mas odeia –, porque não precisa dela. Ele é só jogo de roleta, de bolsa, transferência de capitais. É só ficção: o desdobramento do que Marx chamava de 'capital fictício' – aquele que se apropria da realidade produzida pelo trabalhador para obter o lucro. Esse é o capitalismo no qual entramos" (Pereira, 2020, p. 312).

⁸ Carneiro (2023) explica que através do epistemicídio – que é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão – as pessoas negras são anuladas enquanto sujeitos do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente.

rocídio⁹ (Mbembe, 2018). Tais práticas são geralmente orientadas por um “padrão de domínio étnico-ocidental [denominado] branquitude” (Sodré, 2019, p. 878).

Esse ciclo histórico de opressão, com apoio da comunicação, como se observa neste texto, opera de forma sistemática na produção de privilégios e exclusões. Como sintetiza Carneiro, essa produção se revela, “quando consideramos que todas as instâncias de poder, todas as dimensões de bem viver da sociedade estão apropriadas pelas pessoas brancas, enquanto toda a dimensão de indignidade humana está proporcionalmente habitada por pessoas negras” (Instituto Ibirapitanga, 2021, p. 45).

Esse padrão de dominação consolida-se, entre outros mecanismos, por meio de um complexo imaginário (Almeida, 2019), ou de uma economia imaginária (Fanon, 2020; Mbembe, 2020), que estigmatiza sistematicamente as pessoas negras, posicionando-as como objetos fóbicos.

Esse conjunto semiótico é composto por ideias e imagens hegemônicas (Souza, 2019; hooks, 2019), por narrativas atravessadas por lógicas racistas e machistas (hooks, 2019), por representações visuais e narrativas amplamente difundidas que reiteram estereótipos negativos (Mbembe, 2020; Reynolds & Kendi, 2021), bem como pelo apagamento de narrativas negras (Carneiro, 2023).

Esses elementos simbólicos conformam, em conjunto, panoramas mentais, discursos e representações sociais que sustentam o ciclo de reprodução dos imaginários racistas que atua, de forma persistente, na formação e no condicionamento da psique social (hooks, 2019; Mbembe, 2020). Ao investir no fortalecimento e atualização da memória coletiva, esse complexo imaginário também comunica e tenta justificar os contextos de opressão, bem como busca perpetuar a “matriz de dominação”¹⁰ (Collins, 2019, p. 460), que sustenta as lógicas estruturantes racistas, de modo a parecerem inevitavelmente consequências naturais.

Por exemplo, as materialidades midiáticas – como publicidade, teleficação, jornalismo e até os algoritmos de IA – têm operado, tradicional e ativamente, na difusão desse conjunto semiótico (Sodré, 2019; Almeida, 2019). Para hooks (2019) e Schucman,

⁹ Segundo Mbembe, esse conceito denota o processo opressivo de constituir “o outro não como **semelhante a si mesmo**, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle social” (Mbembe, 2018, p. 27, grifo do autor).

¹⁰ Segundo Collins, esse conceito abarca a ideia de “organização geral das relações hierárquicas de poder em dada sociedade. Qualquer matriz específica de dominação tem: (1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão, por exemplo, raça, classe social, gênero, sexualidade, situação migratória, etnia e idade; e (2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo, estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal” (Collins, 2019, p. 460).

em diálogo com Carneiro e Lisboa (Instituto Ibirapitanga, 2021), a mídia, por meio das dinâmicas que envolvem tanto a produção quanto a recepção de suas materialidades, desempenha um papel central na sustentação, na reprodução e na disseminação de imaginários racistas. Essa discussão será retomada; antes, é importante examinar com maior atenção as noções conceituais de racismo e antirracismo que fundamentam este trabalho.

Racismo: Forma Social Escravista e Dispositivo de Racialidade

A partir do pensamento feminista negro, Carneiro (2022) enfatiza a urgência de se reconhecer que o racismo é o principal organizador da sociedade brasileira. Para a autora, o racismo é uma ideologia¹¹ voltada à produção de privilégios para um grupo social instituído como superior, em detrimento de outros considerados inferiores.

Esse contexto opressivo, segundo Carneiro (2023), é configurado, sustentado e reproduzido por meio da operação de um “dispositivo de racialidade” – um domínio que se caracteriza como instrumento disciplinar que organiza as relações raciais em sociedades pós-coloniais, bem como as relações de soberania estabelecidas com nações racialmente inferiorizadas.

O dispositivo de racialidade, em termos gerais, se estabelece, inicialmente, como um contrato racial (Mills, 1997) não declarado que assegura vantagens à branquitude. Esse contrato é “fundado na cumplicidade em relação à subordinação social e/ou eliminação de negros e não brancos em geral, seja no Brasil, seja no mundo. É uma dinâmica impulsionada pela articulação de técnicas disciplinares [...] e de eliminação informadas pelo biopoder” (Carneiro, 2023).

Ainda segundo Carneiro (2023), esse dispositivo vem operando de forma intensiva no Brasil pós-abolição (1888), de tal maneira que, “pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades”.

Além disso, é importante destacar que o dispositivo de racialidade, conforme argumenta essa autora, também engendra formas de resistência. Tais formas podem ser compreendidas como “práticas impedantes” que, para além de resistivas, são tam-

¹¹ Carneiro, considerando o conceito de “dispositivo de racialidade”, explica que ele se beneficia “das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e às práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos, articulando-os e ressignificando-os à luz do racismo vigente no século XIX. É nessa época que tais representações vão se constituir como ideologia” (Carneiro, 2023). Para Delgado e Stefancic, ideologia pode ser compreendida como um “conjunto de crenças ou valores fortemente arraigados, especialmente relacionados com a governança da sociedade” (Delgado & Stefancic, 2017, p. 176, tradução livre).

bém reativas e inventivas (Corrêa, 2019, p. 14). Essas práticas geralmente emergem de iniciativas antirracistas protagonizadas por testemunhas agentes de mudança (Leite, 2024), que interferem, confrontam e impedem que os objetivos do dispositivo de racialidade de subalternizar, excluir e exterminar se realizem cabalmente (Carneiro, 2025).

Esse pensamento de Carneiro (2023) dialoga de maneira significativa com o conceito de "alterocídio", desenvolvido por Mbembe (2018), pontuado anteriormente, bem como com a noção de "forma social escravista" ou "forma social racista", elaborada por Sodré (2023a) para explicar o racismo brasileiro.

Em consonância com Carneiro, Sodré (2023b) propõe uma abordagem distinta daquela defendida por Almeida (2019), que pedagogicamente comprehende o racismo brasileiro como estrutural. Para Sodré (2023b), essa perspectiva não se mostra epistemologicamente consistente nem científicamente adequada para apreender a realidade brasileira.

Em contraste, o autor propõe compreender o racismo no Brasil como um fenômeno estruturante¹², isto é, como um "fascismo da cor" que se articula genealogicamente a uma forma de vida. Nessa visão, Sodré (2023b) identifica, ao mesmo tempo, a persistência histórica e a realização concreta do racismo como expressão de uma forma social escravista, ainda operante nas estruturas institucionais e organizacionais.

Segundo Sodré (2023b), equiparar o racismo estrutural à própria estrutura social (ordem social) não é uma abordagem adequada para compreender a especificidade do racismo no Brasil, pois tal concepção tenderia a refletir a ideia de imobilidade social. O autor ainda argumenta, nesse ponto, que qualificar o racismo brasileiro como estrutural pode contribuir para a irresponsabilidade da consciência racista e, consequentemente, para a imobilidade das lutas antirracistas. Dessa forma, a noção de estrutura, por si só, revela-se insuficiente para explicar a complexidade do racismo no contexto brasileiro.

Em termos gerais, considerando o marco da pós-abolição, conforme também propõe Carneiro (2023), e destacando que a opressão racista se intensificou e se ampliou desse período em diante, Sodré (2023a) interpreta o racismo brasileiro a partir da ideia de uma

¹² Para Sodré o racismo brasileiro é epidérmico, desse modo, ele se articula minimamente considerando duas equações estruturantes, a saber: "a primeira é o *racismo morfológico* ou *morfofenotípico*, que visa o indivíduo particular; a segunda é o *racismo cultural*, cujo objeto é uma determinada forma de vida, com costumes e crenças particulares" (Sodré, 2023a, grifo do autor).

forma **sistemática** (recorrente, mas sem a legitimidade outorgada pela unidade de um sistema ou estrutura) de discriminação, **baseada no imaginário da raça**. Afigura-se como algo mais próximo à ideia de um “processo”, indicativo de uma dinâmica interativa de elementos discriminatórios, ao modo de uma fusão ou do que designamos como **forma social escravista**. As práticas desse processo contribuem para a reprodução da lógica de subalternidade dos descendentes de africanos – certamente derivada de uma ordem específica de classes sociais –, porém não mais constituem uma estrutura econômica, política e jurídica, a exemplo de uma sociedade plena e formalmente escravista. Há sem dúvida uma dimensão “estruturante” do fenômeno no tocante ao **sentido** da forma, que permeia as instituições e constitui subjetividades junto a amplas parcelas da sociedade nacional (Sodré, 2023a, grifo do autor).

Nessa perspectiva paraestrutural¹³, o conceito de forma social escravista, segundo Sodré (2023b), não remete à ideia tradicional de sociedade estruturada, mas abarca a noção de uma imagem atuante da sociedade, cuja substância hegemônica é a colonialidade.

Em outras palavras, essa forma social é a imagem que as classes dirigentes tradicionalmente desejam projetar de si mesmas – reconhecendo-se como brancas. Trata-se de uma imagem dinâmica que opera gerando efeitos opressivos e múltiplas interdições, tanto nas produções discursivas quanto nas práticas sociais direcionadas às pessoas negras.

Alinhado a esse entendimento, Mbembe (2020), fundamentado em Fanon (2020), observa o racismo direcionado às pessoas negras a partir da ideia de *imago*. Para ele, a branquitude

possui uma *imago* do negro que os próprios negros internalizam e fielmente reproduzem, mesmo nas circunstâncias mais triviais. Em que consiste essa *imago*? Nessa economia imaginária, [na qual] o negro não é um ser humano, mas um objeto. Mais precisamente, ele é um objeto fóbico, que, como tal, suscita medo e pavor. Esse objeto é descoberto primeiramente pelo olhar (Mbembe, 2020, p. 142).

¹³ Na “paraestrutura, o racismo é institucionalmente sistemático, em vez de totalmente sistêmico, razão pela qual lança à compreensão (conjuntamente racional e sensível) o desafio de elucidar a transmissão dos mecanismos discriminatórios” (Sodré, 2023a).

Dessa forma, ao abarcar potencialmente essa *imago*, a forma social escravista, segundo Sodré (2023a), “implica, no limite, uma máscara ou uma maquiagem da discriminação racial. Esta, mais do que ‘estrutural’ na acepção rigorosa do termo, é de fato concreta e vital”. Vale ressaltar que essa forma social se expressa ancorada “na negação e mascaramento – negar publicamente a anterior sociedade escravista e mascarar em público e em privado a visibilidade do descendente de africano” (Sodré, 2023a).

De modo central, a negação ou o silenciamento do racismo constitui regra fundamental da forma social escravista no Brasil contemporâneo, cuja ambiguidade é uma de suas variáveis inerentes. Ou seja,

nega-se para excluir a visibilidade pública do descendente de [pessoa escravizada]. De fato, nega-se o fenômeno, mas ao mesmo tempo se exclui, por meio de ações, a diferença de cor e de costume. O racismo de dominação, que assegurava a segregação do negro no regime escravista, se transfigura em racismo de exclusão, destinado a garantir com outra aparência tanto a irrelevância do negro como a senhorialidade escravista (Sodré, 2023a).

Em vista disso, a forma social escravista “cria a ‘relação racial’ na esteira de uma histórica desconfiança residual ou uma aversão existencial à pessoa de pele escura, marcando espaços materiais e psíquicos nas relações intersubjetivas, embora gerando imagens convenientes de negação do racismo *stricto sensu*” (Sodré, 2023a).

Importa ressaltar, em consonância com a proposta deste artigo, que é nesse nível das relações intersubjetivas e interpessoais, afetado pela relação racial, que se situam os níveis operacionais vinculativo (afeto, representação e ação) e relacional (implicado pela midiatização) da comunicação. Esse ponto será retomado nas próximas páginas.

Em síntese, o racismo brasileiro, concebido a partir da forma social escravista, segundo Sodré (2023a), fundamenta-se no critério imagístico (ou na aparência fenotípica), não propriamente psicológico, como matéria concreta e sensível que o sustenta. Contudo, conforme já mencionado, essa forma social constitui uma imagem viva da sociedade escravista, que atua e produz efeitos racistas especialmente por meio de práticas institucionais e organizacionais que englobam as dimensões socioculturais.

Essa imagem, articulada pelo complexo imaginário racista – composto por ideias, narrativas, representações etc. –, é incorporada, com vocabulário próprio, nas lin-

guagens pelas elites brasileiras, majoritariamente brancas, sendo transcrita e disseminada entre as classes populares, de modo a afetar suas perspectivas de mundo, consciências, emoções e comportamentos.

Nesse sentido, como exercício teórico especulativo, seria possível vislumbrar que a forma social escravista municia e dinamiza a operação do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) no Brasil, visto que essa forma lida com imagens e emoções. Essas imagens estabelecem e moldam comportamentos, ou seja, são estruturantes de afetos, atitudes e práticas (Sodré, 2023c). Nesse contexto, cabe ainda indagar: Como essa forma social escravista tem se nutrido, manifestado e perpetuado na sociedade brasileira?

De acordo com Sodré (2023a, 2023d), o racismo no Brasil atua como uma discriminação operativa, mantida por instituições e organizações (privadas ou públicas), que contém e busca preservar na memória coletiva a rejeição e a discriminação racial contra as populações negras.

Dessa forma, a forma social escravista se manifesta na sociedade de modo microscópico, ou seja, como um racismo molecular (Sodré, 2018) que permeia instituições e organizações e atravessa as relações sociais, não apenas de forma sistêmica, mas também configurado em microformas. Como? Por exemplo, por meio de atitudes e comportamentos, na forma como as organizações se estruturam, nas políticas de selevidade para acesso as boas oportunidades sociais, tais como recrutamento para o mercado de trabalho, seleção para boas escolas e escolha de pessoas para representações midiáticas, entre outros contextos.

É oportuno observar que essas reflexões de Sodré aprofundam o pensamento de Hasenbalg (1982, pp. 96-97) acerca do racismo no Brasil. Para esse autor, as pessoas negras estão expostas “a um ciclo cumulativo de desvantagens que afeta a sua mobilidade social”. Elas enfrentam uma estrutura de oportunidades sociais desigual e mais desfavorável em comparação àquela disponível para pessoas brancas.

Nesse mesmo prisma, Gomes (2020) destaca a importância de reconhecer, para que se possa modificar, que é nos espaços de poder das instituições e organizações, como a indústria midiática e suas materialidades, que o racismo, juntamente seu ciclo cumulativo de desvantagens, se enraíza e se reverbera.

Diante desses contextos, Almeida (2019) orienta que “[...] a única forma de uma instituição [combater o racismo] é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas”, capazes de reagir dinamicamente às suas manifestações e de refletir sentidos e oportunidades igualitárias junto aos seus públicos internos e externos.

Considerando esse panorama, Sodré (2023a, 2023d), especificamente, enfatiza a necessidade de intensificar o combate ao racismo nos espaços comunitários das instituições, com o objetivo de impactar de maneira significativa tanto as vinculações originares (nível vinculativo) quanto as relações sociais secundárias (nível relacional), por meio de “lógicas de aproximação”.

Essas lógicas reconhecem que é justamente no campo do sensível – onde se constituem os modos de ver¹⁴ e sentir – que o racismo opera como uma barreira organizativa, manifestando-se também como sombra persistente (Mbembe, 2020). Essa ideia será retomada *a posteriori*, no tópico que aborda diretamente as reflexões sobre a comunicação antirracista.

Contudo, embora Sodré direcione uma atenção proativa aos contextos institucionais comunitários, ele adverte que as práticas antirracistas não devem se restringir a esse domínio. Ao contrário, tais práticas precisam ser ampliadas e incorporadas a outras esferas sociais, notadamente aos ambientes corporativos – em especial à indústria midiática –, onde frequentemente se perpetuam práticas e imaginários racistas por meio da produção e distribuição de suas diversas materialidades, tais como anúncios, produções jornalísticas, obras teleficionais e cinematográficas.

Mas, afinal, o que é antirracismo? Quais são seus sentidos teórico-práticos, suas formas, funções, estratégias e impactos? Como o antirracismo pode ser conectado à comunicação? Algumas reflexões que oferecem possíveis respostas a essas questões são apresentadas nas próximas páginas.

Contudo, é pertinente destacar que tais direcionamentos configuram um raciocínio inconclusivo e aberto, que convida ao exercício do agir coletivo no campo comunicacional. Com essas ponderações, que acionam relações de corresponsabilidade, é possível avançar de maneira equilibrada no engajamento e na exploração de algumas dimensões do antirracismo.

Antirracismo

O antirracismo é um conceito, surgido no século XX¹⁵, que tem sido utilizado para se referir as ideologias e práticas voltadas à promoção da igualdade racial e étnica

¹⁴ Para Mbembe (2018, p. 199), “ver não é a mesma coisa que olhar. Pode-se olhar sem ver. E não há garantia de que o que se vê seja efetivamente aquilo que é. Olhar e ver têm em comum solicitar o juízo, encerrar o que se vê ou o que não se vê em inextricáveis redes de sentido – as tramas de uma história”.

¹⁵ No entanto, de acordo com Bonnett (2000), dentro de uma perspectiva histórica, ações antirracistas podem ser identificadas em diversos lugares do mundo bem antes desse período.

(Bonnett, 2000, 2006). Trata-se de uma noção disruptiva e subversiva que pode ser definida, de forma geral, como “formas de pensamento e/ou prática que buscam confrontar, erradicar e/ou aliviar o racismo. O antirracismo implica a capacidade de identificar um fenômeno – racismo – e fazer algo a respeito” (Bonnett, 2000, p. 3, tradução livre).

De forma complementar, Dominelli (2008) define o antirracismo como um estado de espírito, sentimento, compromisso político e ação para erradicar a opressão racial e transformar as relações sociais desiguais. Nessa mesma linha, Kendi (2019) enfatiza que pessoas ou instituições antirracistas são aquelas que apoiam uma política de combate ao racismo por meio de suas ações ou expressando uma ideia antirracista.

Dawson *et al.* (2020) ampliam essa compreensão ao destacar que ser antirracista envolve também a construção de confiança, a disposição para enfrentar conversas difíceis, a reconstrução crítica da história, o entendimento dos próprios preconceitos e de suas origens, a conexão autêntica com outras pessoas, a escuta ativa e a responsabilidade com ideias e práticas que combatam o racismo.

Bonnett (2000), bem como Berman e Paradies (2010), ao considerarem as questões sociais contemporâneas, propõem uma leitura do antirracismo que vai além de uma visão restrita, que o enxerga apenas como expressão de resistência (espírito desafiador) individual ou coletiva ao racismo. Esses autores alertam que o antirracismo não se limita à oposição ao racismo, mas compreende também o engajamento na criação de sociedades sustentáveis e equitativas, na reprodução de economias modernas e na consolidação de princípios de legitimidade política amplamente aceitos em nível internacional.

Nesse sentido, tais princípios e iniciativas devem orientar a formulação de políticas e intervenções, em diferentes esferas sociais, que tenham como foco a restituição, a reparação e a promoção da justiça racial e social (Mbembe, 2018).

Carrim e Soudien (1999), a partir de uma perspectiva crítica, observam que o antirracismo precisa manter o foco nas forças e políticas macrossocioeconômicas que moldam instituições e organizações, bem como nas formas pelas quais elas influenciam e atravessam a vida individual e cotidiana das pessoas. Ademais, afirmam que o antirracismo, em suas *práxis* responsivas, deve assegurar:

[...] um sentido “desessencializado” das identidades das pessoas, na medida em que reconheceria e incorporaria a noção de “diferença” dentro e entre grupos de pessoas [(Hall, 1992)]. Também perfuraria a bipolaridade de brancos versus negros e, assim, lidaria com as várias e variadas formas pelas quais o racismo é

experimentado dentro e entre grupos racializados (Carrim & Soudien, 1999, p. 186, tradução livre).

Gillborn (2006), nesse horizonte, chama atenção para as múltiplas pressões provenientes de retóricas políticas, mercadológicas e acadêmicas, entre outras, que ameaçam esvaziar o conteúdo crítico do antirracismo. Essas forças tendem a reduzir sua potência a um nível meramente reformista, o que refletiria, "na melhor das hipóteses, um paliativo para fazer um sistema desigual parecer um pouco menos excludente e, na pior das hipóteses, uma expressão vazia a ser utilizada por formuladores de políticas" (Gillborn, 2006, pp. 18–19), não comprometidos com transformações estruturais e efetivas.

Em contraposição a essas pressões, e sem propor um modelo fixo ou um manual de regras, esse autor argumenta enfaticamente que o antirracismo "deve permanecer uma perspectiva crítica preocupada com uma análise radical [ampla] do poder e sua operação por meio de processos racializados de exclusão e opressão [...]. O racismo é complexo, contraditório e rapidamente mutável" (Gillborn, 2006, p. 26). Nessa perspectiva, o antirracismo também precisa ser igualmente dinâmico.

É nesse contexto que Gillborn (2006) defende também a importância de uma maior conscientização sobre a Teoria Crítica Racial (*Critical Race Theory* – CRT) e sua adoção nos estudos sobre o antirracismo, com o objetivo de revitalizar seus fundamentos críticos. Considerando os limites deste trabalho, não será possível aprofundar esse referencial teórico. No entanto, a seguir, são apresentados alguns de seus principais pressupostos e ferramentas, a fim de evidenciar sua relevância e potencial contributivo para a argumentação desenvolvida neste texto.

A CRT surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos, no campo dos estudos jurídicos. Trata-se de um movimento progressista que reúne "[...] ativistas e acadêmicos engajados em estudar e transformar a relação entre raça, racismo e poder" (Delgado & Stefancic, 2017, p. 3, tradução livre). Valdes, Culp e Harris (2002, p. 5) observam que, na contemporaneidade, esse referencial "[...] está cruzando as fronteiras [estadunidenses] e disciplinas, à medida que acadêmicos de outras [áreas do saber] e países começam cada vez mais ativamente a se engajar [no] histórico acumulado [desse aporte teórico]".

Ferreira e Queiroz (2018, p. 211), retomando as reflexões de Solórzano, Ceja e Yosso (2000), identificam cinco princípios centrais compartilhados por teóricos da CRT, a saber: (1) papel central dos conceitos de raça e racismo; (2) o desafio à ideologia do-

minante; (3) o compromisso com a justiça social; (4) a centralidade do conhecimento experimental; (5) a adoção de uma perspectiva interdisciplinar.

Entre os principais temas abordados nos estudos da CRT, Ferreira e Queiroz (2018) destacam: a crítica ao liberalismo; as interpretações revisionistas das legislações sobre os direitos civis e sobre o progresso; o determinismo estrutural; as intersecções entre raça, sexo e classe; o essencialismo e o antiessencialismo; o nacionalismo cultural e o separatismo; as instituições jurídicas; a pedagogia crítica e a representação de grupos minorizados; a crítica, a autocritica e as réplicas, entre outros.

Em complemento, Gillborn (2006) identifica três ferramentas teóricas fundamentais da CRT: (1) Narrativa e contranarrativa (*storytelling* e *counter-storytelling*): estratégias que buscam questionar e lançar dúvidas sobre a validade de premissas ou mitos historicamente aceitos, especialmente aqueles sustentados por políticas e práticas racistas (Delgado & Stefancic, 2017); (2) Convergência de interesses: tese proposta por Derrick Bell, segundo a qual o grupo majoritário apenas tolera avanços em direção à justiça racial quando isso atende aos seus próprios interesses (Delgado & Stefancic, 2017); e (3) Estudos críticos da branquitude (*critical white studies*): campo de investigação que examina a construção social da branquitude a partir de uma perspectiva crítica e racializada (Delgado & Stefancic, 2017).

Nesse ponto, torna-se relevante refletir sobre a pertinência e as contribuições do referencial da CRT para a análise dos contextos brasileiros. Nesse exercício, uma questão central que emerge é: Como esse arcabouço teórico pode ser mobilizado para compreender e intervir em realidades atravessadas pelo racismo, como a brasileira?

Ferreira e Queiroz (2018) oferecem algumas orientações importantes a esse respeito, ao defenderem que a apropriação crítica da CRT pode ser frutífera para pensar as questões raciais no Brasil. No entanto, os autores alertam que:

O que é necessário – e possível, portanto – é não se fazer a mera importação de um modelo, mas, sim, o aporte adaptado e útil para se pensar na realidade nacional. Nesse ponto, [...] ao levar em conta a realidade racial e o papel do direito [e outras áreas do saber] na manutenção das desigualdades, a [CRT] questiona fatos que também são relevantes no Brasil ao se discutir a estrutura racialmente hierarquizada da sociedade e das instituições [...] (Ferreira & Queiroz, 2018, pp. 223-224).

Em consonância com esse entendimento e refletindo a partir do contexto britânico, Gillborn (2006, p. 2) afirma que a CRT oferece um conjunto coerente e desafiador de ideias críticas e ferramentas teóricas, que “[...] fornecem um ponto de partida para análises críticas antirracistas” mais robustas. Esses aportes tornam-se especialmente relevantes para enfrentar e mitigar os riscos de esvaziamento e enfraquecimento do conteúdo crítico que o antirracismo – em suas diversas gramáticas, formas, estratégias, funções e impactos (Quadro 1) – deve implicar e preservar.

Aspectos-chave do Antirracismo

Apresentando seu entendimento sobre os principais aspectos do antirracismo nas instâncias micro, meso e macrossociais, Bonnett (2000) identifica seis modos de aplicação desse conceito. Segundo o autor, esses modos podem se cruzar ou se sobrepor, a saber: (1) Antirracismo cotidiano, que se refere às ações praticadas por pessoas comuns no combate ao racismo nas relações do dia a dia e na cultura popular; (2) Antirracismo multicultural, que envolve práticas que afirmam a diversidade para promover imaginação/criação empática e solidariedade; (3) Antirracismo psicológico/cognitivo, relacionado às formas de identificar e combater o racismo nas consciências individual e coletiva; (4) Antirracismo radical, que desafia as estruturas de poder e privilégio socioeconômico que fomentam e reproduzem o racismo, por exemplo, adotando lentes marxistas; (5) Antirracismo antinazista e antifascista; (6) Organização representativa, que abrange iniciativas de instituições públicas ou privadas para assegurar e refletir, em seus quadros de colaboradores, culturas e práticas organizacionais, a representatividade e participação da comunidade na qual estão inseridas.

Nesse contexto, Wade e Moreno Figueroa (2023) explicam que esses ou outros modos pelos quais o antirracismo pode se desenvolver, considerando seus objetivos e especificidades, podem ser edificados sem restrição a partir de gramáticas explícitas (radicais) ou gramáticas alternativas.

Segundo esses autores, considerar essas possibilidades é essencial para evitar uma situação em que ações antirracistas sejam descartadas por serem consideradas “não radicais o suficiente”, embora possam ser úteis. Com base em suas pesquisas, os autores explicam as razões dessa perspectiva estratégica:

Nosso trabalho na América Latina deixou claro para nós a importância – não apenas para a América Latina, mas de forma mais ampla, – de levar em consideração a diversidade das ações antirracistas, incluindo as que permaneceram fir-

memente dentro das estruturas do capitalismo e da governança liberal e as que não colocaram o racismo no ponto central de suas agendas, utilizando ao invés disso uma gramática alternativa de antirracismo. Todas têm uma contribuição a dar. Suas contribuições poderiam, entretanto, ser incrementadas com elementos oriundos de uma perspectiva racializada radical (Wade & Moreno Figueroa, 2023, p. 13).

Levando em consideração esses direcionamentos e sem restrições prévias, a literatura tem apontado diversas estratégias, funções, impactos e evidências-chave que, geralmente, podem ser adotados e produzidos por intervenções antirracistas.

Pedersen, Walker e Wise (2005), a partir de uma análise da literatura, por exemplo, destacam oito caminhos promissores para a implementação de estratégias e ações antirracistas: (1) combater falsas crenças; (2) envolver a audiência na construção e implementação da prática antirracista; (3) provocar empatia pelos outros; (4) enfatizar a *commonality* (semelhança, ser-em-comum) e a diversidade; (5) focar mais em mudanças de comportamentos do que em mudanças de atitudes; (6) atenção às necessidades territoriais, (7) apropriadas avaliações dos resultados e efeitos das iniciativas; e (8) considerar o amplo contexto social em vez de focar no indivíduo.

Quadro 1 *Aspectos-chave do Antirracismo*

Gramáticas		
(WADE & MORENO FIGUEROA, 2023)		
1. Gramática explícita de antirracismo 2. Gramática alternativa de antirracismo		
Formas	Estratégias antirracistas	
(BONNETT, 2000)	(PEDERSEN, WALKER & WISE, 2005)	
		Foco individual
1. Antirracismo cotidiano 2. Antirracismo multicultural 3. Antirracismo psicológico/cognitivo 4. Antirracismo radical 5. Antirracismo antinazista e antifascista 6. Organização representativa	1. Combater falsas crenças 2. Envolver a audiência na construção e implementação da prática antirracista 3. Provocar empatia pelos outros 4. Enfatizar a <i>commonality</i> (semelhança, interesse comum) 5. Focar mais em mudanças de comportamentos em vez de mudanças de atitudes 6. Atenção às necessidades locais 7. Apropriadas avaliações 8. Considerar o amplo contexto [estrutura] ao invés de focar no indivíduo	1. Fornecer informações específicas sobre as questões raciais (em particular sobre falsas crenças) 2. Criar dissonância sobre ter valores diferentes 3. Empatia
		Foco interpessoal
		1. Contato intergrupal 2. Fornecimento de informações consensuais 3. Benefícios do diálogo 4. Campanhas publicitárias
Práticas	Funções	Impactos
(BEN, KELLY & PARADIES, 2020)	(HAGE, 2016)	(LYNCH, SWARTZ & ISAACS, 2017)
1. Contato intergrupal 2. Treinamento e Educação 3. Comunicações e Campanhas de mídia 4. Desenvolvimento organizacional (ações internas e externas Institucionais)	1. Reduzir as incidências racistas 2. Promover uma cultura [antirracista] 3. Apoiar as vítimas de racismo 4. Fomentar o empoderamento dos grupos raciais/étnicos subrepresentados 5. Transformar as relações racistas, incentivando a convivência e o respeito mútuo 6. Fomentar uma cultura de indiferença radical à raça	1. Tornar/Fazer visível a opressão sistêmica (visibilizar) 2. Reconhecer a cumplicidade pessoal na opressão por meio de privilégios não conquistados (reconhecer) 3. Desenvolver estratégias para transformar as desigualdades estruturais (estrategizar)

Fonte: Extraído e atualizado de Leite e Batista (2023).

Hage (2016) complementa esse quadro ao apontar seis funções centrais que o antirracismo pode desempenhar: (1) reduzir as incidências racistas; (2) promover uma cultura antirracista; (3) apoiar as vítimas de racismo (p. ex. com políticas de acolhimento e aconselhamento); (4) fomentar o empoderamento dos grupos raciais e ou étnicos subrepresentados; (5) transformar as relações racistas, incentivando a convivência e o respeito mútuo; e (6) fomentar uma cultura de indiferença radical à raça (*a-racial culture*)¹⁶.

Lynch, Swartz e Isaacs (2017), em uma revisão de mais de quinze anos de pesquisas sobre educação antirracista, tema que dialoga diretamente com este artigo, re-

¹⁶ Hage (2016) define “cultura a-racista” como um espaço social caracterizado por uma indiferença radical à raça. No entanto, o uso positivo que Hage faz dos termos “a-racista” e “não racista” exige uma análise crítica, pois se assemelha à ideia de “daltonismo racial” (Crenshaw, 1997). Kendi (2019) adverte que o “daltonismo racial” é semelhante à ideia de ser “não racista”, uma vez que o indivíduo daltônico em relação à cor deixa de ver a raça ou o racismo. A linguagem do daltonismo racial e do “não racista” mascara ou camufla o racismo (Davis, 1997, p. 264). O multiculturalismo (Apfelbaum et al., 2012) e o interculturalismo (Kastoryano, 2018) têm sido sugeridos como alternativas ao “daltonismo racial”.

comendam que os impactos antirracistas devem, de modo geral, mobilizar três componentes interligados: (1) tornar/fazer visível a opressão sistêmica (visibilizar); (2) reconhecer a cumplicidade pessoal na opressão, por meio de privilégios não conquistados (reconhecer); e (3) desenvolver estratégias para transformar as desigualdades (estreligar).

Com base em meta-análises, revisões e estudos experimentais recentes, realizados tanto em campo quanto em laboratório, Ben, Kelly e Paradies (2020) organizam um quadro que destaca quatro práticas antirracistas comumente adotadas por instituições ou organizações: (1) contato intergrupal; (2) treinamento e educação; (3) comunicações e campanhas de mídia; e (4) desenvolvimento institucional/organizacional (ações internas e externas). Essas abordagens, conforme esses autores, visando o fortalecimento de suas propostas, podem também se sobrepor e ou ser aplicadas em combinação.

Como resultado dessas análises, Ben, Kelly e Paradies (2020) alertam para a baixa cobertura da literatura sobre tais práticas, bem como para a escassa compreensão e as evidências insuficientes acerca do que efetivamente funciona no combate ao racismo.

Além disso, destacam as limitadas oportunidades de sucesso das iniciativas antirracistas voltadas para promover a equidade racial e étnica, reduzir preconceitos, discriminação e os efeitos contingentes relacionados ao racismo, inclusive no campo das pesquisas em comunicação.

Ainda considerando a conjuntura específica dessas práticas, Elias, Ben e Hiruy (2023), a exemplo de Leite (2021), destacam o lugar periférico e, frequentemente, simbólico (tokenismo) que vem sendo atribuído ao antirracismo nas organizações. Frente a essa realidade, esses autores defendem o exercício de reimaginá-lo como um valor organizacional central, capaz de orientar o desenvolvimento de intervenções antirracistas mais autênticas e transformadoras.

Com base nas principais perspectivas que o antirracismo pode adotar, retoma-se o trabalho de Pedersen, Walker e Wise (2005), que dialoga diretamente com os objetivos deste texto. Esses autores destacam que as abordagens previamente discutidas podem ser operacionalizadas por meio de estratégias antirracistas que, em essência, visam eliminar ou, ao menos, transformar positivamente crenças e comportamentos de caráter racista. Nesse sentido, também propõem uma reflexão crítica sobre a efetividade dessas estratégias na redução do racismo.

A partir de uma revisão da literatura, Pedersen, Walker e Wise (2005) identificam e categorizam tais estratégias em duas dimensões principais: pessoal e interpesso-

al. Os autores reforçam a importância de que essas estratégias sejam desenvolvidas de forma a incidir, sobretudo, sobre as relações sociais. Em consonância com a visão de Sodré (2014, 2023a) sobre a comunicação, é possível pensar que essas iniciativas devem buscar atingir os níveis vinculativo e relacional, que estruturam e atravessam os espaços das interações sociais no processo comunicacional.

No que se refere às estratégias de foco pessoal, Pedersen, Walker e Wise (2005) identificam três principais: (1) fornecer informações específicas sobre as questões raciais (em particular sobre falsas crenças); (2) criar dissonância sobre ter valores diferentes (por exemplo, acredita-se ser igualitário, mas não gosta de um certo grupo); e (3) empatia.

No que tange às estratégias de viés interpessoal, os autores destacam: (1) contato intergrupal; (2) fornecimento de informações consensuais (outras pessoas concordam com a nossa opinião?); (3) os benefícios do diálogo com outras pessoas; e (4) campanhas publicitárias¹⁷.

Com base nas reflexões aqui brevemente articuladas acerca do racismo e do potencial do antirracismo como lente crítica e via para a formulação de ações voltadas ao seu enfrentamento e desmantelamento, torna-se possível como mais segurança dar continuidade ao desenvolvimento teórico agendado neste trabalho.

Assim, no tópico seguinte, busca-se explorar os seguintes questionamentos específicos: Como as dimensões de significado presentes no antirracismo podem informar e implicar a comunicação? Quais noções conceituais estão associadas à ideia de comunicação antirracista? Qual é a relevância de promover um exercício reflexivo e prático na construção de práticas comunicativas comprometidas com o antirracismo?

Comunicação Antirracista

Para facilitar o movimento de conexão entre comunicação e os aspectos do antirracismo – ou, mais precisamente, para refletir sobre uma comunicação antirracista – duas proposições teóricas complementares são acionadas neste texto, com o objetivo de acomodar e espelhar, de forma didática e dialógica, os seus sentidos teórico-práticos.

¹⁷ Considerando, especificamente, o desenvolvimento de anúncios antirracistas, Leite (2019) sugere os seguintes caminhos estratégicos: a adoção de representações e ideias contraestereotípicas, contraintuitivas e a politicamente corretas, bem como a atenção à questão do colorismo.

A primeira retoma o exercício de compreensão sugerido, *a priori*, por Sodré (2021), que propõe imaginar a comunicação em proximidade com o conceito grego de *pharmakon*¹⁸, termo ambivalentemente traduzido como “veneno” e “cura”. A segunda proposição, por sua vez, decorre da teoria do fazer, de Freire (1975), que articula a tríade “atos-limite”, “situações-limite” e “inédito viável”. A seguir, essas duas abordagens são explicadas e articuladas conjuntamente.

Sodré (2021), ao observar a primeira proposição, como pontuado, inscreve um convite para que se excogite a comunicação como um *pharmakon*, ou seja, como “aquilo que envenena civilizatoriamente a corporeidade clássica das instituições e dispõe ao mesmo tempo de ‘produtivas’ possibilidades quanto a outras formas de ação social” (Sodré, 2021). Nesse sentido, conceber a comunicação a partir da ideia de *pharmakon* implica entendê-la como uma forma de poder ou como agente do “poder de farmácia”, dotado da capacidade de transformar os recursos da morte em força germinativa — ou vice-versa (Mbembe, 2018, p. 233).

No entanto, ao se considerar o *pharmakon*, é preciso reconhecer que ele não se limita a um binarismo entre veneno e antídoto. Dependendo de quem o manuseia, das condições de uso e da forma de administração da dosagem, o *pharmakon* pode também atuar de modo inócuo ou meramente cosmético. Além disso, pode não servir à cura, mas sim à prevenção, ao controle ou à contenção da problemática a ser tratada (Chauí, 2000, p. 173).

Para Derrida (2005), é necessário assimilar o *pharmakon* em sua multivalência, considerando suas contradições, inconsistências, impropriedades, riscos – e, inclusive, um certo juízo decisório quanto àqueles que o mereceriam.

Nessa conjectura, refletir sobre a dinâmica de um *pharmakon* comunicacional (Sodré, 2021) relacionado às questões raciais demanda observar, especialmente, as mediações institucionais e organizacionais que mobilizam a produção e a difusão de iniciativas comunicativas, implicadas ou não pela mídia.

Essas práticas, refletindo a lógica do *pharmakon*, podem ofertar e reverberar para a sociedade veneno (racismo – sob a forma de imaginários, políticas e práticas racistas) ou antídoto (antirracismo – por meio de imaginários, políticas e práticas antirracistas).

A oferta desse *pharmakon* comunicacional – de natureza racista ou antirracista – visa, portanto, reverberar e mobilizar afetivamente as instâncias das relações sociais,

¹⁸ Provavelmente, Sodré se apoia em Platão (2007), que entre os anos de 427 e 347 a.C., já dizia que a linguagem é um *pharmakon*.

nas quais os laços vinculativos podem (ou não) ser interpelados e transformados (Sodré, 2014).

É, portanto, na articulação com os princípios curativos e germinativos do *pharmakon*, fortalecidos pelas perspectivas restitutivas, reparativas, equitativas e criativas do antirracismo, que a comunicação se apresenta como um caminho transformador possível – e fundamental – para colaborar, em aliança com outros campos do saber, no processo de cura da violência e da opressão racista, que continua a afetar, sobretudo, os domínios sensorial, corporal, psíquico e afetivo dos seus alvos.

Como forma de acolher essas manifestações, recorre-se à teoria do fazer elaborada por Freire (1975), a qual fornece fundamentos teóricos consistentes para, ainda que provisoriamente, orientar e integrar o manejo crítico do *pharmakon* comunicacional sob uma perspectiva antirracista. Dessa teoria, especificamente, utiliza-se neste escrito a tríade conceitual atos-límite, situações-límite e inédito viável.

De acordo com Sodré (2021), Freire, em seu pensamento, também considerava a comunicação sob o racional do *pharmakon*, reconhecendo nela uma potencialidade social ambígua, capaz tanto de promover separações quanto de construir pontes e aproximar pessoas.

Nessa ótica, a ideia-intervenção de uma comunicação antirracista pode ser compreendida a partir da ativação dessa concepção discursiva, fortemente, orientada para fomentar aproximações. Ou, nos termos de Sodré (2019), uma prática comunicacional capaz de aplicar lógicas de aproximação que conformem atos-límite (Freire, 1975, p. 106).

Para Freire, os atos-límite correspondem a respostas transformadoras que emergem do reconhecimento crítico das situações-límite¹⁹. Trata-se de ações que levam as pessoas, ao confrontarem os limites de suas realidades – como as barreiras, os freios e as sombras inscritas pela discriminação racial no Brasil – a desafiar a condição opressora e a criar ou abrir caminhos para sua superação.

Em síntese, os atos-límite podem ser assimilados sobretudo como ações necessárias que “[...] se dirigem à superação e à negação do dado, em lugar de implicarem na sua aceitação dócil e passiva” (Freire, 1975, p. 106). Eles configuram-se, portanto, como experiências de combate das condições históricas de injustiça e possuem o po-

¹⁹ Segundo (Nita) Freire, a expressão situações-límite foi adotada por Freire a partir da contribuição de Pinto [1960], que, por sua vez, o extraiu de Jaspers [1969], esvaziando-o da dimensão pessimista original (Freire, 2010).

tencial de impulsionar tanto a transformação social quanto a ampliação da consciência crítica.

Partindo dessa perspectiva e em diálogo com o referencial teórico que orienta este trabalho – o qual concebe o antirracismo como um gesto ético-político, bem como uma prática transformadora, disruptiva, restaurativa e criativa²⁰ –, é possível também compreender o antirracismo como um ato-limite.

Essa compreensão implica um pensamento em ação cuja *práxis* visa superar as barreiras impostas pelas situações-limite presentes na sociedade, especialmente aquelas produzidas pela operação do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) e pela forma social escravista (Sodré, 2023b).

Nessa perspectiva, os atos-limite comunicacionais antirracistas potencialmente configuram uma *práxis* responsiva – ação, reflexão e transformação – empenhada em combater e superar as situações-limite por meio de um agir ético-político de resistência (Sodré, 2014, p. 7).

Esse movimento, ancorado em conhecimento reflexivo e no potencial criativo das ações, pode contribuir para viabilizar o inédito-viável, isto é, a construção de novos contextos, imaginários e narrativas, tecidos por lógicas de aproximação e práticas de restituição, reparação e justiça.

Partindo dessa base epistemológica, é a partir do espelhamento e do vislumbre das possibilidades contestatórias e criativas dos atos-limite, capazes de fomentar e orientar a edificação do inédito-viável, que o fazer comunicacional antirracista pode ser instigado a sensibilizar e colaborar, de modo substancial, para a superação dos obstáculos e separações (as situações-limite) inscritos pelo racismo.

Como introduzido, esse exercício poderia direcionar, por exemplo, intervenções regenerativas (*pharmaka*) prioritariamente – embora não exclusivamente – para o plano cultural dos imaginários, com o objetivo de afetar, segundo Sodré (2014), a reorganização do mundo e das consciências por meio do acionamento de lógicas de aproximação e estratégias sensíveis.

Lógicas de Aproximação e Estratégias Sensíveis

Mbembe (2020) corrobora a urgência de intervenções que acelerem a desestruturação e a desconstrução dos imaginários racistas (panoramas mentais, discursos e re-

²⁰ Agradeço ao professor José Luiz Braga (2025) pela leitura atenciosa da primeira versão deste texto e por, generosamente, observar a importância de reforçar a valorização da ação criativa (ou inventiva) entre as práticas transformacionais do antirracismo na presente discussão.

presentações) produzidos e violentamente impostos sob a égide da branquitude europeia. O autor destaca que os efeitos dessa *imago* (ou interpretação negativa) têm historicamente, como um *pharmakon* racista, recaído sobre as populações negras, condicionando e regulando suas formas de existência e de relação com o mundo.

Amparado pelas reflexões de Fanon, Mbembe (2018) reconhece, contudo, que o processo social de cura da opressão racial não se concretizará em curto prazo. Ainda assim, sinaliza que seus primeiros passos devem ser necessariamente instaurados por meio da comunicação – isto é, no “seio e na via da linguagem e da percepção” –, com o objetivo de mobilizar dinâmicas simbólicas orientadas para a dissolução e a reconstrução de sentidos.

Tais dinâmicas devem ser capazes de deslocar imaginários arcaicos e, ao mesmo tempo, revigorar e ativar novos imaginários (Mbembe, 2020, p. 17) que sustentem a emergência do inédito viável, isto é, de horizontes futuros marcados por uma perspectiva antirracista.

Hooks (2019), como já brevemente sinalizado, também chama atenção para a economia imaginária racista, bem como para as feridas e os traumas profundos que seus venenos produzem, especialmente no cotidiano das mulheres negras. A autora igualmente aponta a urgência de práticas reparativas frente a esse imagético opressor.

Nesse sentido, orienta que, para enfrentar essas “feridas, para curá-las, as pessoas negras progressistas e as pessoas aliadas nessa luta devem estar comprometidas em realizar os esforços de intervir criticamente no mundo das imagens e transformá-lo” (hooks, 2019). Contudo, hooks também adverte que:

[...] a questão da raça e da representação não se restringe apenas a criticar o *status quo*. É também uma questão de transformar as imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transformar nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualistas acerca do bom e do mau. Abrir espaço para imagens transgressoras [...] é essencial em qualquer esforço para criar um contexto para a transformação. E, se houve pouco progresso, é porque nós transformamos as imagens sem alterar os paradigmas, sem mudar perspectivas e modos de ver (hooks, 2019).

Diante dessa conjuntura complexa e dos desafios que ela impõe, a comunicação – compreendida como a organização radical do comum, ou seja, como forma modela-

dora (fazer organizativo das partilhas) e processo (ação) de pôr diferenças em comum (Sodré, 2014) – pode ser reimaginada, reposicionada e mobilizada, em aliança com o antirracismo, como uma espécie de rodovia relativamente bem sinalizada (ver Quadro 1), capaz de orientar e acelerar iniciativas que transformem os imaginários racistas.

Dessa maneira, ao considerar intervenções que incidam sobre os espaços de produção e recepção, a comunicação antirracista requer gestos capazes de viabilizar e orientar práticas e ideias comunicacionais de caráter transgressor, transformador e não meramente reformista.

Essas intervenções devem, concretamente, buscar combater e desmantelar o racismo, por exemplo, ao reivindicar e interpelar mudanças nos espaços institucionais e organizacionais da produção midiática, em especial, as áreas responsáveis pelas suas “práticas logotécnicas” (Sodré, 2015, p. 121), como o cinema, o jornalismo, a publicidade, as relações públicas, entre outras.

O Apêndice 1, elaborado a partir desses direcionamentos, apresenta algumas iniciativas comunicacionais antirracistas desenvolvidas por instituições e organizações no país. Contudo, em razão dos objetivos e limitações deste texto, tais ações são aqui compartilhadas como exemplos ilustrativos das articulações teóricas apresentadas, cabendo futuras análises críticas que aprofundem, de forma cuidadosa, as inter-relações entre comunicação e antirracismo, como evidenciadas neste texto.

Posto isso, é prudente observar que âmbito dos seus circuitos, os espaços logotécnicos e outros devem se empenhar na construção de práticas internas e externas que mobilizem, por exemplo, boas oportunidades profissionais a pessoas negras (índigenas, LGBTQIA+ etc.) e sustentem processos de revisão, reparação e transformação dos recursos imaginários racistas tradicionalmente utilizados em suas produções criativas²¹.

Além disso, é importante enfatizar também que são as práticas logotécnicas, operadas nos espaços da produção comunicacional, que amplamente conformam e fazem circular, por meio de suas iniciativas e materialidades, o complexo imaginário racista. Assim, são esses espaços logotécnicos que, por meio de suas práticas deliberativas, promovem amplamente a criação, a manutenção, a distribuição e o manejo da multivalência do *pharmakon* comunicacional (racista ou antirracista).

Nesse cenário, as contestações sociais orientadas por lentes antirracistas, advindas dos espaços da recepção, configuram-se intervenções decisivas para mobilizar e

²¹ Esforços nessa direção podem ser observados em: Leite (2019), Corrêa (2019), Silva (2020) etc.

pressionar as ambiências institucionais e organizacionais midiáticas por práticas de combate ao racismo (Leite, 2024).

Posto isso, é fundamental alinhavar que a mídia e suas materialidades constituem elementos-chave neste debate, pois se trata de um espaço em que as identificações sociais são produzidas e disputadas: "um lugar onde as identificações se fazem, como a questão do negro" (Sodré, 2019, p. 882).

Nessa direção, a promoção de intervenções comunicacionais antirracistas, orientadas por gramáticas radicais e/ou alternativas, que incidam criticamente sobre as estruturas das organizações responsáveis pela governança do *bios* midiático, revela-se essencial.

Os desdobramentos do *pharmakon* comunicacional antirracista, desenvolvidos nos espaços institucionais e organizacionais da produção midiática, devem, prioritariamente, buscar afetar os enquadramentos interpretativos e os modos de ver das pessoas – isto é, as visões de mundo e as formas simbólicas por meio das quais elas experientiam o cotidiano. Trata-se, portanto, de intervir no plano do sensível (Sodré, 2014), com o objetivo de mobilizar as relações sociais e os vínculos intersubjetivos por meio de ideias e práticas ancoradas em lógicas de aproximação (Sodré, 2019).

Sob essa perspectiva, ao refletir sobre as lógicas de aproximação, Sodré (2019, p. 880) afirma que o racismo pode ser compreendido como "o limite da aproximação da diferença. Aquilo que impede o outro de se aproximar", funcionando, assim, como um obstáculo à constituição, ou reconstituição, do comum. Essa barreira, por sua vez, é reflexo da forma social escravista (Sodré, 2023a) e da *imago* racista (Mbembe, 2020), que ainda persiste como causa estruturante de boa parte dos problemas de repulsão e resistência à aproximação nas relações sociais (Sodré, 2019, p. 878).

O Quadro 1, compartilhado neste artigo, ao demarcar os aspectos do antirracismo, apresenta múltiplos pontos de contato que, estrategicamente, favorecem o estreitamento e o desenvolvimento de ações comunicacionais que podem ser mobilizadas por essas lógicas de aproximação.

Destaca-se, nesse contexto, a estratégia antirracista centrada na noção de *commonality* (Pedersen, Walker & Wise, 2005), que demanda o desenvolvimento de formas que viabilizem o resgate e a valorização do comum, do vínculo constituído a partir do encontro com a diferença e da compreensão dessa diferença como um elo inerente de reconhecimento mútuo. Como é possível perceber, além dessa estratégia, outras ele- candas no supracitado quadro, também encontram pontos de diálogo com o pensa-

mento de Sodré sobre a comunicação como a ciência do comum, introduzido na primeira parte deste artigo.

Nesse sentido, é fundamental explicitar que as práticas comunicacionais antirracistas, orientadas por lógicas de aproximação, devem visar à sensibilização das instâncias dos relacionamentos intersubjetivos e interpessoais atravessados pela relação racial. Isso porque são nessas esferas que se localizam os níveis operacionais vinculativo (afetos, representações e ações) e relacional (mediado pela midiatização) da comunicação e, portanto, onde o racismo atua em suas lógicas de separação, exclusão e repulsa.

Em síntese, a comunicação antirracista pode ser observada também como uma contramovimentação, uma prática transformadora voltada para sensibilizar acerca das diferenças raciais, ou mais precisamente, para a "diferença sem separabilidade" (Silva, 2016) – isto é, uma diferença livre de pensamentos fractais, de sujeição e repulsão.

Nessa perspectiva, essa prática esforça-se para que tais "diferenças se deem as mãos tanto no plano do conhecimento (cognitivo) quanto no plano afetivo" (Sodré, 2019, p. 880), viabilizando a transformação das relações e das consciências em direção à construção e restituição do comum (Sodré, 2014, 2023; Mbembe, 2018, 2020).

Para o desenvolvimento dessa dinâmica, pode-se privilegiar a adoção, em seus parâmetros, de uma "ética da mutualidade e interdependência" (hooks, 2018), assim como de uma "política do semelhante" (Mbembe, 2018). Para hooks (2018), uma ética da mutualidade e interdependência orienta caminhos de cooperação e construção de solidariedade para resistir e "acabar com a dominação enquanto, simultaneamente, muda[-se] o impacto da iniquidade" (hooks, 2018).

Quanto à ideia de política do semelhante, que se aproxima dos pensamentos de hooks, Freire e Sodré utilizados neste artigo, Mbembe a formula a partir da seguinte reflexão:

não há nenhuma relação a si que não passe pela relação com outrem. O outrem é a um só tempo a diferença e o semelhante reunidos. O que precisamos imaginar é uma [...] política do semelhante, mas num contexto em que, cabe admitir, o que partilhamos logo de início são as diferenças. E são elas que, paradoxalmente, precisamos pôr em comum. Isso passa pela reparação, isto é, por uma ampliação da nossa concepção de justiça e de responsabilidade. (Mbembe, 2018, p. 307).

Em vista disso, é a partir de intervenções antirracistas voltadas para a reorientação das relações sociais e vinculativas que a forma social escravista (Sodré, 2023) que, potencialmente municia a operação do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), poderia ser combatida e desmantelada pelo *pharmakon* comunicacional. Tal processo pode ocorrer, por exemplo, mediante o estímulo e cultivo de consciências vigilantes²² (hooks, 2021) e/ou críticas²³ (Freire, 1975, 1982), capazes de aproximar e propiciar às pessoas o desenvolvimento de uma “consciência comum”, tendo como direção a celebração das diferenças (Mbembe, 2018).

Nesse sentido, orientado por Fanon, Mbembe (2020) destaca que todo ato de cura autêntica pressupõe a reconstituição desse vínculo. A reconstituição do comum se inicia pela troca de palavras e pela quebra do silêncio. Ativada por uma intenção, é a linguagem que rompe o silêncio e os silêncios. Assim, uma “intenção está na base de toda comunicação, mas essa intenção deve ser sincera. [...]. Intenções criativas podem emergir do comum” (Fanon, 2020, p. 264).

Consequentemente, é desse processo que podem ser geradas intenções criativas, capazes de sustentar o desenvolvimento de ideias e práticas de restituição, reparação e promoção da justiça racial e social. As comunicações antirracistas, por exemplo, podem ser orientadas por essas intenções criativas e suas dinâmicas de aproximação das diferenças (Sodré, 2019).

Ainda nessa perspectiva fanoniana, Mbembe (2020, p. 192) pontua que são esses gestos ou práticas que possibilitam a relação humana. Para Fanon (2020), só existe humanidade onde o gesto – e, portanto, a relação de cuidado – é possível; onde nos deixamos afetar pela face do outro; onde o gesto está relacionado a uma fala, a uma linguagem que rompe um silêncio.

Ao somar-se a essas reflexões sobre o papel dos gestos, compreendidos como ações, contramovimentos ou comportamentos, na promoção das relações, Sodré (2019) corrobora que é precisamente o caráter relacional dessas práticas que pode incidir sobre a forma social escravista, quando mobilizado por meio de “estratégias sensíveis”.

²² Hooks explica que esse conceito reflete o “o trabalho que precisamos fazer continuamente para enfraquecer toda socialização que nos leva a ter um comportamento que perpetua a dominação” (Hooks, 2021).

²³ Para Freire, a consciência ou conscientização crítica se estabelece em pensamentos e ações, bem como denota a capacidade de transformar as relações sociais. Portanto, “a consciência crítica [...] não se constitui através de um trabalho intelectualista mas na *práxis* – ação e reflexão” (Freire, 1982, p. 82) para a transformação, ou seja, na atuação ativa da pessoa na realidade.

As estratégias sensíveis referem-se, especificamente, aos “jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem” (Sodré, 2006, p. 10). Elas configuram, assim, “um regime comunicativo em que o sentido troca a lógica da circulação de valores do enunciado pela copresença só-mática e sensorial dos actantes” na relação social (Sodré, 2014, pp. 257-258). Nessa perspectiva, especialmente no que tange à questão racial, Sodré esclarece:

Na prática, estratégias sensíveis são as movimentações e organização das movimentações tanto no âmbito das relações presenciais quanto no das relações de mídia com o objetivo de sensibilizar. É possível pensar também na esfera da educação e da pedagogia, sensibilizando desde a criança até o adulto para a questão da diferença. [...]. **As estratégias sensíveis podem ser na verdade, estratégias de quebra de barreiras de imunidade à diferença.** E isso não se faz longe da comunicação, se faz dentro da comunicação (Sodré, 2019, p. 880, grifo nosso).

Desse modo, “essas estratégias ao mesmo tempo estão dentro e fora. Dentro da organização social em que a mídia estrutura e organiza e dentro do vínculo social” (Sodré, 2019, p. 880), que se articula pelas relações e envolve os laços invisíveis do *commum*.

À luz dessa compreensão, observa-se que as estratégias sensíveis podem, potencialmente, envolver e fortalecer as ideias freireanas de atos-limite e fanonianas de gesto, pois tais conceitos acolhem as noções fundamentais da comunicação antirracista, implicando as dimensões operativas comunicacionais, de modo a combater e superar as barreiras impostas pelas situações-limite do racismo.

Em essência, imaginar uma comunicação antirracista implica compreendê-la, identificá-la e produzi-la a partir de exercícios que mobilizem estratégias sensíveis, capazes de organizar, direcionar e difundir ideias, atos-limite, gestos, políticas e contramovimentações orientadas por lógicas de aproximação. A *práxis* comunicacional antirracista, portanto, deve estimular e promover transformações voltadas para a construção do inédito-viável, de modo a reorganizar e afetar os sentidos que estruturam os intercâmbios relativos às dimensões do vínculo e da relação social (Sodré, 2019).

À guisa de conclusão, destaca-se que, embora sem garantias, espera-se que práticas comunicacionais antirracistas – a partir de seus objetivos e limites – sejam de-

senvolvidas e articulem-se de modo a contribuir para a reorganização de sentidos, bem como para a modificação de mentalidades e comportamentos racistas.

Além disso, almeja-se também que essas práticas colaborem com o desmantelamento do princípio organizador do racismo, o qual, conforme discutido ao longo deste trabalho, continua a operar com considerável eficácia, inclusive colonizando mentes e afetos das próprias pessoas que busca desumanizar. Nesse contexto, o antirracismo articulado à comunicação configura-se como um potente *pharmakon* regenerativo e ou uma *práxis* responsável de transformação, orientada à construção de novos caminhos e imaginários para uma sociedade antirracista.

Considerações Finais

Este trabalho apresentou apontamentos crítico-reflexivos e propositivos com o objetivo de apoiar e fomentar o exercício de reflexão sobre os sentidos teórico-práticos da ideia-intervenção de comunicação antirracista. Espera-se que as aberturas reflexivas construídas ao longo das reflexões aqui desenvolvida estimulem outras pesquisadoras e pesquisadores a incorporar, de maneira direta ou indireta, a temática em seus estudos, contribuindo para o desdobramento e o aprofundamento das múltiplas sutilezas abordadas neste texto.

Como possibilidade de continuidade, trabalhos futuros podem considerar a articulação entre as distintas práticas logotécnicas da comunicação e os estudos do antirracismo, buscando identificar gramáticas, formas, funções e estratégias mais adequadas ao desenvolvimento de ações comunicacionais antirracistas nesses contextos.

Entre as lacunas identificadas, destaca-se a necessidade de análises que considerem os efeitos adversos e os desafios à implementação de práticas comunicacionais antirracistas, bem como suas possibilidades de mensuração. Ademais, aspectos relacionados à interseccionalidade e ao antirracismo voltado a outros grupos étnico-raciais historicamente oprimidos demandam maior atenção analítica. É igualmente relevante dedicar esforços ao nível metacrítico da comunicação, conforme proposto por Sodré (2014), o que implica pensar os sentidos do antirracismo também no âmbito das metodologias, das pesquisas e das teorias da comunicação – uma tarefa ainda em aberto no campo.

Cabe ressaltar, contudo, que movimentos significativos vêm sendo realizados nesse sentido no país²⁴, especialmente com a constituição inédita de grupos de pes-

²⁴ Nesse quadro, é importante reconhecer o papel importante que vem sendo desenvolvido pelos NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) em diversas universidades do

quisa/trabalho voltados às questões raciais em diversos eventos científicos. Destacam-se, entre eles, o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), que desde 2022 abriga o grupo "Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiáspórico", e o Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), que, desde 2023, promove o grupo de trabalho "Comunicação, Raça e Interseccionalidades", fomentando debates e difusão de saberes sobre a temática.

Nesse horizonte, mostra-se igualmente relevante alcançar os espaços e práticas de ensino e formação no campo da comunicação que, de modo geral, precisam, além da formação técnica, fomentar com maior ênfase o desenvolvimento de olhares críticos acerca do potencial transformador das práticas logotécnicas da comunicação nas dinâmicas das relações sociais. Os estudos da educação já oferecem algumas contribuições que apontam caminhos nessa direção.

Avançar com essas reflexões configura-se como uma tarefa de responsabilidade coletiva e cooperativa, a ser assumida pelo campo da comunicação, com o objetivo de fomentar e consolidar outras – ou novas – referências, gestos, contra movimentações e atos-límite que, a partir de perspectivas críticas e colaborativas, interpelem, enfrentem, revisem e transformem criativamente as relações sociais e raciais no âmbito comunicacional, fundamentadas em valores e princípios antirracistas.

Referências

- Almeida, S. L. (2019). *O que é racismo estrutural?* [e-book]. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- Apfelbaum, E. P., Michael, I. N., & Samuel, R. S. (2012). Racial colorblindness: Emergence, practice, and implications. *Current Directions in Psychological Science*, 21(3), 205–209.
- Ben, J., Kelly, D.; Paradies, Y. (2020). Contemporary anti-racism A review of effective practice. In Solomos, J. *Routledge International Handbook of Contemporary Racisms*. Routledge, ProQuest Ebook Central.
- Berman, G.; Paradies Y. (2010). Racism, disadvantage and multiculturalism: towards effective anti-racist práxis. *Ethnic and Racial Studies*. v. 33 n. 2 fev.
- Bonnett, A. (2000). *Anti-racism*. London & New York: Routledge, 2000.
- Bonnett, A. (2006). The Americanisation of Anti-Racism? Global Power and Hegemony in Ethnic Equity. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (7), pp. 1083–1103.
- Braga, J. L. W. J. G. (2025). Rastreando questões comunicacionais. *MATRIZes*, 19(1), 55–77.
- Carneiro, S. (2022). Entrevistada: Sueli Carneiro. Entrevistadores: Mano Brown. [S. l.]: *Mano a Mano*, 26 maio. 2022. Podcast. Disponível em: <https://bit.ly/49ity2Z>. Acesso em: 04 nov.

país. Muitos desses núcleos implicam entre os seus estudos as temáticas acerca da comunicação. Registra-se também os esforços da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e sua área científica "Comunicação e Mídia".

- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar.
- Carneiro, S. (2025). Aula Aberta: Dispositivo de Racialidade. EAD Sesc Digital, *Canal Sesc São Paulo/ Youtube*. 21 de mar. De 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cj1EA9XFX2o&t=7112s>
- Carrim, N.; Soudien, C. (1999). Critical antiracism in South Africa. In S. May (Ed.). *Critical multiculturalism: Rethinking multicultural and antiracist education*. London: Falmer.1999.
- Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. Trad. J. P. Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo.
- Corrêa, L. G. (Org.). (2019). *Vozes Negras em Comunicação*: mídia, racismo, resistências. BH: Autêntica.
- Crenshaw, K. W. (1997). Color blindness, history, and the law. In W. Lubiano (Ed.), *The house that race built* (pp. 280–288). Pantheon.
- Davis, A. (1997). *Race and criminalization*: Black Americans and the punishment industry. In W. Lubiano (Ed.), *The house that race built* (pp. 264–279). Pantheon.
- Dawson, J., Coggins, N. L., Dolechek, M. e Fosado, G. (2020). Toolkits for Equity: An Antiracist Framework for Scholarly Publishing, *Serials Review*, v. 46, n. 3.
- Delgado, R.; Stefancic, J. (2017). *Critical race theory*: an introduction. 3.ed. NY: NYU Press.
- Derrida, J. (2005). *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras.
- Dominelli, L. (2008) *Anti-racist social work* (3rd edn.). Hounds mills, UK: Palgrave Macmillan.
- Elias, A., Ben, J.; Hiruy, K. (2023). Re-imagining anti-racism as a core organisational value. *Australian Journal of Management*, 0(0).
- Fanon, F. (2020). *Alienação e Liberdade*. Escritos Psiquiátricos. São Paulo. UBU Editora.
- Ferreira, G. L.; Queiroz, M. V. L. (2018). A trajetória da teoria crítica da raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil. *Teo. Jur. Contemporânea*. v. 3, n.1, jan./jun, 2018.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- Freire, P. (1982). *Ação cultural para a liberdade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, A. M. (2010). Inédito-viável. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. [recurso eletrônico] 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Gillborn, D. (2006). Critical Race Theory and Education: Racism and anti-racism in educational theory and práxis. *Discourse: studies in the cultural politics of education*. v. 27, n. 1, mar.
- Gomes, N. L. (2020). Caminhos para uma educação antirracista. P. B. G. Silva, K. Munanga, N. L. Gomes e R. C. Barros. *Tudo Indica*. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hXo84S>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- Hage, G. (2016). Recalling anti-racism. *Ethnic and Racial Studies*, v. 39, n. 1.
- Hall, S. (1992). New ethnicities, In: Donald, J.; Rattansi, A. (eds) *"Race", Culture, and Difference*. London: Sage.
- Hasenbalg, C. (1982). Raça, classe e mobilidade. In Gonzalez, L. & Hasenbalg, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 67-102.
- hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo* [e-book]: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- hooks, b. (2019). *Olhares negros*: raça e representação. [e-book] Trad. Stephanie Borges. SP: Elefante, 2019.

- hooks, b. (2021). *Ensinando comunidade*: uma pedagogia da esperança. Trad. Kenia Cardoso. SP: Elefante, 2021.
- Instituto Ibirapitanga. (2021). *Branquitude: racismo e antirracismo*. Carneiro, S.; Schucman, L. V. & Lisboa, A. P. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial. 2. ed. RJ: Instituto Ibirapitanga. p. 40-66.
- Jaspers, K. (1969) *Philosophy*. The University of Chicago Press.
- Kastoryano, R. (2018). Multiculturalism and interculturalism: Redefining nationhood and solidarity. *Comparative Migration Studies*, 6(1), 17.
- Kendi, I. X. (2019). *How to be an antiracist*. New York: One World, 2019.
- Leite, F; Batista, L. L. (Org.). (2019). *Publicidade antirracista*: reflexões, caminhos e desafios. SP: ECA-USP.
- Leite, F.; Batista, L. L. (2022). Anti-Racism and Social Marketing: Paths for Research and Intervention. *Social Marketing Quarterly*, 29(1), 3-27.
- Leite, F. (2021). Pode a publicidade ser antirracista? *Contemporanea*. UFBA. v. 19 n. 3, pp. 13-42.
- Leite, F. (2024). Antirracismo das testemunhas, comunicação e mídia. In Corrêa, L. G. et al. (Org.). *Vozes Negras em Comunicação*: interseções, diálogos e caminhos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2024.
- Lynch, I., Swartz, S.; Isaacs, D. (2017). Anti-racist moral education: A review of approaches, impact and theoretical underpinnings from 2000 to 2015. *J. of Moral Education*, v. 46, n. 2.
- MacInnis, D. J. (2011). A framework for conceptual contributions in marketing. *Journal of Marketing*, 75(4), p. 136–154.
- Mbembe, A. (2020). *Políticas da inimizade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições.
- Mills, C. (1997). *The Racial Contract*. Cornell University, 1997.
- Pedersen, A.; Walker, I.; Wise, M. (2005). "Talk does not cook rice": Beyond anti-racism rhetoric to strategies for social action. *Australian Psych*, v. 40, n. 1, p. 20-30, mar.
- Pereira, P. B. (2020). Pensando a sociedade incivil, suas manifestações e alternativas: entrevista com Muniz Sodré de Araújo Cabral. *Mídia e Cotidiano*, v. 14, n. 3, pp. 303-319, 5 set.
- Pinto, A. V. (1960). *Consciência e Realidade Nacional*, ISEB - Rio, v. 2.
- Platão. (2007). *Fedro, Cartas, O Primeiro Alcibiades*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 2^aed. Belém: EDUFA.
- Silva, D. F. (2016). Sobre diferença sem separabilidade. *Catálogo da 32a Bienal de Artes de SP – Incerteza Viva*, pp. 57-65.
- Silva, T. (Org.). (2020). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais*. Olhares afrodiáspóricos. SP: LiteraRUA.
- Sodré, M. (1999). *Claros e escuros, identidade, povo e mídia no Brasil*. RJ: Vozes.
- Sodré, M. (2001). Objeto da comunicação é a vinculação social. *PCLA*, v. 3, n. 1. Disponível em: <https://bit.ly/49itG2t>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho*: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes.
- Sodré, M. (2006) *As estratégias sensíveis*: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sodré, M. (2007). Prefácio. In: PAIVA, Raquel (org.). *O retorno da comunidade*: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X. pp. 7-11.
- Sodré, M. (2014) *A ciência do comum*-Notas para o método comunicacional. [e-book] Petrópolis, RJ: Vozes.

- Sodré, M. (2015). A comunicação eletrônica é epistemóloga. [Entrevista concedida a] Rafael Grohmann. *Parágrafo*. jan./jun. v. 1, n. 3, pp. 120-128.
- Sodré, M. (2018). Comunicação e Racismo. *Cultne* – Acervo Digital da Cultura Negra. Disponível em: <https://bit.ly/3J81C54>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- Sodré, M. (2019). Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. [Entrevista concedida a] Roberto Abib. *Reciis*, v. 13, n. 4, out.-dez.
- Sodré, M. (2021). *A sociedade incivil*: mídia, iliberalismo e finanças. [e-book] Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Sodré, M. (2020). O ódio como forma social. [Entrevista concedida a] Pedro Barreto e Patrícia da Veiga. *Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. UFRJ. Disponível em: <https://bit.ly/3pY2txY>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- Sodré, M. (2023a). *O fascismo da cor*: uma radiografia do racismo nacional. [e-book] Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sodré, M. (2023b). O fascismo da cor. Laboratório *OUSIA UFRJ*. *YouTube*, 24 abr. Disponível em: <https://bit.ly/3H1ayix>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- Sodré, M. (2023c). O fascismo da cor. *Pensar Africanamente*. *Youtube*, 25 maio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bHEoP5IvW3g>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- Sodré, M. (2023d). "O racismo nasce com a antropologia europeia". *Marco Antonio Villa*. *YouTube*. 17 jun. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oJA7zr0nk1I>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- Solórzano, D.; Ceja, M.; Yosso, T. (2000). Critical race theory, racial microaggressions, and campus racial climate: the experiences of African American college students. *The Journal of Negro Education*, v. 69, n. 112.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. [e-book]. RJ: Estação Brasil.
- Reynolds, J.; Kendi, I. X. 2021). *Marcados*: racismo, antirracismo e vocês. Trad. Cecília Floresta. RJ: Galera1.
- Valdes, F., Culp, J. M.; Harris, A. P. (Eds). (2002). *Crossroads, directions, and a new critical race theory*. Philadelphia: Temple University Press.
- Wade, P.; Moreno Figueroa, M. G. (2023). Introdução. In Moreno Figueroa, M. G. e Wade, P. (orgs.). *Contra o racismo*: mobilização para a mudança social na América Latina. Pittsburgh, Estados Unidos: Latin America Research Commons.

APÊNDICE 1

Iniciativas Brasileiras de Comunicação Antirracista.

Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.29460350>

ABSTRACT

This article aims to articulate a theoretical framework – through a conceptually driven research approach – that facilitates both individual and collective engagement with the theoretical and practical dimensions of anti-racist communication. As a result, this study offers a set of critical and propositional insights that contribute to the field of communication by introducing conceptual references and analytical tools capable of supporting productive dialogues between communication studies and anti-racism studies. Furthermore, it endeavors to promote the development of communicative practices and theoretical perspectives that position anti-racism as a foundational principle for disruptive, subversive, and creative interventions.

KEYWORDS: Communication; Anti-racism; Racism; Social change.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar, mediante una investigación de carácter conceptual, la articulación de un marco teórico destinado a facilitar y fomentar el ejercicio, tanto individual como colectivo, de reflexión sobre los significados teórico-prácticos de la comunicación antirracista. Como resultado, se ofrecen reflexiones críticas y propositivas que informan al campo de la comunicación acerca de referentes y herramientas conceptuales capaces de sostener diálogos productivos entre los estudios de la comunicación y los estudios del antirracismo, además de estimular el desarrollo de ideas y prácticas comunicacionales que adopten el antirracismo como principio orientador para intervenciones disruptivas, subversivas y creativas.

PALABRAS CLAVE: Comunicación; Antirracismo; Racismo; Transformación social.